


# CADERNO DE PROVA OBJETIVA

## NÍVEL SUPERIOR

**CARGO: ADVOGADO**

### INSTRUÇÕES

Antes de iniciar, confira as páginas de seu Caderno de Prova e sua sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo posteriormente.

- Este caderno contém a PROVA OBJETIVA com 100 (cem) questões, sem repetição ou falhas.
- O tempo disponível para realização da prova será de **4 horas e 30 minutos**, não havendo prorrogação por qualquer motivo.
- Para cada uma das questões, serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras:  
A)  
B)  
C)  
D)  
E)
- Assinale UMA ÚNICA ALTERNATIVA PARA CADA QUESTÃO.
- A rasura ou a marcação em mais de uma alternativa no CARTÃO-RESPOSTA, ANULA A MARCAÇÃO DA QUESTÃO.
- No CARTÃO-RESPOSTA, as questões são representadas por seus respectivos números. O candidato **deverá marcar as 100 (cem) questões**, correspondentes ao número de questões deste caderno de prova.
- Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites. Exemplo:  

- O candidato deverá assinar o Cartão-Resposta e transcrever para ele o texto/frase a seguir, sob pena de eliminação:

**“Cultive, cuide, queira bem, o resto vem.”**

- O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento não é substituível.
- Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### TEXTO I

#### **Sem quórum, Câmara adia novamente leitura da segunda denúncia contra Temer**

***Sessão do plenário não foi realizada por causa da baixa presença de deputados. Supremo só poderá analisar denúncia contra o presidente se a Câmara autorizar.***

Por Fernanda Calgareo e Alessandra Modzeleski,  
G1, Brasília

25/09/2017

Pela segunda vez, Câmara dos Deputados adiou, nesta segunda-feira (25), a leitura da nova denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pela Procuradoria Geral da República. Não houve presença suficiente de parlamentares para a abertura da sessão de plenário. A leitura é uma formalidade para o processo ter andamento na Casa.

A sessão de plenário havia sido agendada para iniciar às 14h. Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta. No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada. Uma nova sessão foi marcada para a manhã de terça-feira (26).

A denúncia contra Temer foi entregue pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara na quinta-feira (21). Na sexta-feira (22), a leitura já havia sido adiada, depois que a sessão do plenário foi cancelada, também por falta de quórum.

Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura. Segundo ele, a demora do governo em concluir essa etapa já é vista como uma estratégia para angariar apoio.

"A indagação que fica é: tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que

governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui? Parece que isso tudo, na verdade, faz parte do jogo. É uma sinalização que eles vão vender carinho esse apoio ao governo, como toda e qualquer matéria".

#### **Denúncia**

Temer foi denunciado ao STF pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. Mas a Corte só poderá analisar a acusação se a Câmara autorizar.

A votação pode acontecer em outubro, segundo estimou o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.

Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas. As provas apresentadas por eles compõem parte da denúncia contra Temer.

#### **Análise na Câmara**

Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

Mas, para a acusação da PGR contra o presidente seguir para a Corte, são necessários os votos de, no mínimo, 2/3 dos deputados, ou seja, 342 dos 513.

Se a Câmara não der aval ao prosseguimento do processo, a denúncia ficará parada até o fim do mandato de Temer, em 31 de dezembro de 2018.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/sem-quorum-camara-adia-novamente-leitura-da-nova-denuncia-contra-temer.ghtml>

**QUESTÃO 1**

O uso dos vocábulos no diminutivo tem várias funcionalidades em um texto. Sendo assim, assinale a alternativa que esclarece o uso do diminutivo para a construção da mensagem do parágrafo 5.

- A) Intui um significado pejorativo para o contexto criado pelo período.
- B) Traduz a potencialidade do ato do verbo “vender”.
- C) Expõe a descrença de Chico Alencar (Psol-RJ) em relação aos atos do presidente Temer.
- D) Soma crítica ao discurso elaborado pelo deputado Chico Alencar (Psol-RJ).
- E) Demonstra, de forma crítica, a crise na situação partidária vivenciada pelo Brasil.

**QUESTÃO 2**

De que maneira podemos ajustar o período “Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias” (Parágrafo 11) para que se perceba relação de causa e consequência na informação, sem que haja alteração de significado na mensagem?

- A) Caso a denúncia siga para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- B) Para que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceita-la, Temer deverá se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- C) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- D) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, no entanto Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- E) Por mais que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceitá-la, Temer se torna réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

**QUESTÃO 3**

Observe a estruturação sintática dos períodos 1 e 2 para, em seguida, dispor sobre o uso do acento grave nos períodos. Verifique as declarações a respeito e opte pela alternativa **correta**.

1. Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.
2. Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Observe as declarações:

I- No caso 1, o uso do acento grave é exigido por conta da predicação verbal, tendo em vista que o verbo “REJEITOU” é verbo bitransitivo, sendo o objeto direto é todo o trecho “pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia” e o objeto indireto é “à Câmara”.

II- No caso do período 2, “caberá” também é um verbo transitivo direto, tendo o objeto direto “à Câmara dos Deputados”.

III- Tratando dos dois casos, levantados pelos períodos 1 e 2, podemos declarar que, no período 1, a regência da preposição está centrada na expressão “envio”, exigindo o uso do acento grave que se funde com o artigo do vocábulo “Câmara”. Já no período 2, a regência da preposição está sob a influência do verbo “caberá” por se tratar de um verbo transitivo indireto.

Assinale a alternativa coerente quanto às declarações I, II e III.

- A) A declaração I está verdadeira.
- B) A declaração II está verdadeira.
- C) Apenas a declaração III está verdadeira.
- D) As declarações I e II estão verdadeiras.
- E) Todas as declarações estão falsas.

**QUESTÃO 4**

Na estruturação do seguinte parágrafo, verificamos que há repetições de termos desnecessários. Verifique em que item sua reescrita demonstra soluções para tal desvio textual.

A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

A) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento.

B) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou tal documento impresso.

C) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento impresso.

D) A leitura delas contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

E) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

**TEXTO II**

JOSÉ

E agora, José?  
 A festa acabou,  
 a luz apagou,  
 o povo sumiu,  
 a noite esfriou,  
 e agora, José?  
 e agora, você?  
 Você que é sem nome,  
 que zomba dos outros,  
 Você que faz versos,  
 que ama, protesta?  
 e agora, José?

Está sem mulher,  
 está sem discurso,  
 está sem carinho,  
 já não pode beber,  
 já não pode fumar,  
 cuspir já não pode,  
 a noite esfriou,  
 o dia não veio,  
 o bonde não veio,  
 o riso não veio,  
 não veio a utopia  
 e tudo acabou  
 e tudo fugiu  
 e tudo mofou,  
 e agora, José?

E agora, José?  
 Sua doce palavra,  
 seu instante de febre,  
 sua gula e jejum,  
 sua biblioteca,  
 sua lavra de ouro,  
 seu terno de vidro,  
 sua incoerência,  
 seu ódio, - e agora?

Com a chave na mão  
 quer abrir a porta,  
 não existe porta;  
 quer morrer no mar,  
 mas o mar secou;  
 quer ir para Minas,  
 Minas não há mais!  
 José, e agora?

Se você gritasse,  
se você gemesse,  
se você tocasse,  
a valsa vienense,  
se você dormisse,  
se você cansasse,  
se você morresse...  
Mas você não morre,  
você é duro, José!

Sozinho no escuro  
qual bicho-do-mato,  
sem teogonia,  
sem parede nua  
para se encostar,  
sem cavalo preto  
que fuja do galope,  
você marcha, José!  
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade

### QUESTÃO 5

O texto II complementa o raciocínio implícito no texto I que, embora de caráter imparcial e informativo, cria, em alguns leitores, um posicionamento em relação à situação política atual de nosso país. Assinale o item onde se esclarece tal interpretação do leitor quando faz a análise do texto I e II.

- A) No texto I, é exposta uma situação política de denúncia quanto ao atual presidente em exercício do país. Na exposição da situação, fica evidente a apatia dos deputados por não acreditarem que qualquer votação, em relação ao andamento do processo de denúncia contra Temer, faria efeito para reverter a situação política do país. No texto II, percebemos uma concepção pessimista em relação à vida de José.
- B) Tanto no texto I como no II, há uma total e clara perspectiva negativa da existência humana.
- C) Não há como estabelecer relação entre o discurso do texto I com o texto II.
- D) Muitas são as perspectivas de interpretação do texto I, inclusive não podemos tratar o destino da denúncia como indefinido.
- E) O texto II, embora de composição cronológica anterior ao texto I e de gênero

textual diverso, o eu lírico deixa claro a falta de perspectiva para a existência de José. Também ao ler o texto I, a falta de perspectiva pode existir, tendo em vista que está indefinido o destino da denúncia.

### QUESTÃO 6

Aponte o verso do texto JOSÉ em que se percebe uma expectativa de esperança dada pelo eu lírico.

- A) Verso 01  
B) Verso 03  
C) Verso 04  
D) Verso 05  
E) Verso 06

### QUESTÃO 7

Identifique o período, subtraído do texto I, que tem o trecho sublinhado que exerce a mesma função sintática do verso sublinhado na seguinte estrofe:

Sozinho no escuro  
qual bicho-do-mato,  
sem teogonia,  
sem parede nua  
para se encostar,  
sem cavalo preto  
que fuja do galope,  
você marcha, José!  
José, para onde?

- A) Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta.
- B) No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada.
- C) Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura

D) [...]tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui?

E) Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas.

### QUESTÃO 8

Sobre a redação oficial, é inverídico afirmar que:

A) A redação oficial se trata da maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

B) De intencionalidade para a comunicação pública, os atos normativos não podem ser textos de natureza obscura. Assim a publicidade implica, necessariamente, na clareza e concisão.

C) As comunicações oficiais não são necessariamente uniformes, tendo em vista que o Serviço Público não é o único comunicador, bem como não é o único receptor.

D) A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.

E) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

### QUESTÃO 9

A partir das normas do Manual de Redação da Presidência da República, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades, tratadas por Vossa Excelência, terão as seguintes formas:

I

A Sua Excelência o Senhor

Fulano de Tal

Ministro de Estado da Justiça

70.064-900 – Brasília. DF

II

A Sua Excelência o Senhor

Senador Fulano de Tal

Senado Federal

70.165-900 – Brasília. DF

III

Ao Excelentíssimo o Senhor

Fulano de Tal

Defensor Público

Rua ABC, nº. 123

01.010-000 – São Paulo. SP

Aponte a opção verdadeira:

A) O modelo I é o único correto;

B) Apenas os modelos II e III estão corretos;

C) O modelo III é o único correto;

D) Apenas os modelos I e II estão corretos;

E) Todos os modelos são reconhecidos pelo Manual de Redação da Presidência da República.

**QUESTÃO 10**

Aponte os aspectos comuns utilizados ao redigir *ofícios, avisos e memorandos*.

- A) **Tipo e número** do expediente, seguido da sigla do órgão a que se destina.
- B) **Local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à esquerda.
- C) **Destinatário**: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do memorando, deve ser incluído também o endereço.
- D) O **Assunto** pode ser facultativo no aviso.
- E) No **texto**, os parágrafos devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

**QUESTÃO 11**

Para Aristóteles, a excelência moral é o que torna o homem bom e justo. Assinale a alternativa **correta**.

- A) A excelência moral independe de nossas escolhas.
- B) Nossas escolhas são impetradas pelo acaso e não podemos de modo algum, nos tornar melhores pelo uso da reta razão.
- C) Para alcançarmos a excelência moral, o cálculo entre o excesso, a falta e a questão da moderação, são elementos supérfluos e desnecessários.
- D) A excelência moral é uma forma de disposição que se relaciona com nossas ações e emoções e que, quando bem cultivada, promove a mediania e a moderação.
- E) Para Aristóteles, o alcance da postura ética depende, estritamente, da sorte e do acaso. O exercício do hábito, no caso, possui papel secundário em relação à excelência moral.

**QUESTÃO 12**

Existem diversas teorias clássicas que tratam da ética e da moral. Um pensador muito conhecido e fundamental em relação ao tema é Maquiavel. Considerando a importância do autor, sua obra e sua teoria, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Maquiavel é o autor da obra “Ética a Nicômaco”, na qual ele defende que todas as coisas tendem a um bem qualquer e que as relações entre a ética e a política não devem se pautar no realismo político.
- B) Segundo o pensador Maquiavel, devemos observar a realidade efetiva das coisas, e as relações éticas e políticas precisam ter um olhar realista.
- C) Ao escrever a obra “O Príncipe”, Maquiavel mostra o quanto os homens tendem às suas inclinações, sendo que, muitas vezes, se mostram egoístas, ingratos e ávidos de lucro. Sendo assim, para governar com excelência, o governante deve estar atento às inclinações humanas e interpretar os acontecimentos políticos de forma realista.
- D) O príncipe (governante) deve ser capaz de interpretar a verdade efetiva das coisas, mesmo que, às vezes, ela seja extremamente suja, cruel e corrompida.
- E) Interpretar a ética e a política de forma realista é fundamental.

**QUESTÃO 13**

Considerando as teorias de Aristóteles e Maquiavel, em relação ao tema da ética, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Para Aristóteles, todas as coisas tendem a um bem qualquer. Dessa forma, cada coisa tem uma finalidade (teleologia). A finalidade do homem, considerando que sua parte mais elevada é a alma, é o cultivo e o uso adequado da razão.
- B) Para Maquiavel, a ética adequada para um pai de família pode não o ser para um governante. Sendo assim, o governante deve ser sábio e astuto para interpretar as coisas de forma realista.

C) Aristóteles e Maquiavel possuem teorias éticas semelhantes, embora Aristóteles seja um idealista radical e Maquiavel defende uma teleologia absolutamente contrária ao realismo político.

D) Aristóteles é um importante filósofo grego que foi discípulo de Platão.

E) Para Maquiavel, o apoio do povo ao governante é o fundamento mais sólido para um estado. Quando o povo apoia o Príncipe, é muito mais fácil para ele governar.

#### QUESTÃO 14

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” devemos entender os deveres do servidor público.

B) Elementos como a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são norteadores do servidor público.

C) O servidor público não deve, jamais, desprezar o elemento ético de sua conduta. Nestes termos, podemos considerar que o servidor público deve ser um sujeito ético.

D) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” não devemos entender os deveres do servidor público. Esta seção, na verdade, trata estritamente das vantagens individuais e benefícios que alcança todo aquele que assume qualquer cargo público.

E) A moralidade do ato administrativo é fundamental. Ela exige observância e equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, no âmbito da conduta do servidor público.

#### QUESTÃO 15

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) São os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

B) Embora pareça que sim, de fato não são os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

C) Há uma contrapartida em relação à remuneração do servidor público. Enquanto sujeito ético de posição fundamental à sociedade, é necessário que sua moralidade administrativa se integre no Direito e na moralidade, agindo em favor da legalidade.

D) Ao exercer sua função, o servidor público age perante a comunidade e essa sua ação deve ser entendida como um acréscimo ao seu próprio bem-estar individual.

E) Enquanto cidadão, integrante da sociedade, para o funcionário público, o êxito do trabalho coletivo deve ser internalizado como o seu maior patrimônio.

#### QUESTÃO 16

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, embora ela se integre, naturalmente, na vida particular de cada servidor público.

B) No dia a dia do trabalho, para o servidor público, os fatos e atos verificados em sua vida privada não poderão jamais crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

C) O artigo VII da Seção I, do capítulo I, afirma que: “salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente



declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar”.

D) Nem toda pessoa tem “direito à verdade”. Eis o que afirma o artigo VIII da Seção I, do capítulo I.

E) Em vista de o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explicar que nem toda pessoa tem direito à verdade, quando necessário, ocorre que eventualmente o servidor público poderá falseá-la, desde que devidamente aprovado e requerido pelo chefe.

### QUESTÃO 17

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Com muita propriedade, o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explica que “nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação”.

B) Ações e hábitos como a cortesia, a boa vontade, o cuidado, etc., são coisas que trazemos de casa e que não precisam, de modo algum, ser cultivadas e aprimoradas pelo servidor público.

C) Ao dizer a verdade, esforço e disciplina são facultativos para o servidor público.

D) Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente não significa, de forma alguma, causar-lhe dano moral. São coisas que acontecem e basta que o servidor peça desculpas, caso seja solicitado pelo seu respectivo chefe.

E) O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal não orienta o servidor público em relação a como proceder de forma

adequada em suas relações interpessoais de trabalho.

### QUESTÃO 18

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo IX da Seção I, do capítulo I, explicita que “causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los”.

B) O servidor precisa estar atento às ordens legais dos seus superiores, em vista da boa execução do serviço público.

C) Dentro de seu setor e de suas competências, o funcionário público deve primar pela excelência e evitar a formação de filas longas e atraso na prestação do serviço.

D) O servidor público deve promover o bem comum e evitar a todo o custo que os bens públicos se deteriorem.

E) O servidor público deve promover o bem comum, embora não seja o seu papel evitar que os bens públicos se deteriorem.

### QUESTÃO 19

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Conforme bem explica o artigo XII da Seção I, do capítulo I, “Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas”.

B) O serviço público é um lugar de conflito, portanto, ao servidor público, nem sempre,

cabe que ele busque a harmonia e o espírito coletivo.

C) A atividade pública não é uma grande oportunidade para o crescimento e engrandecimento da nação. A atividade pública é um mal necessário.

D) O respeito, a harmonia e a conduta ética são elementos facultativos da ação do funcionário público. Como sugere o pensador Maquiavel, existem meios que justificam os fins. Portanto, por vezes, é necessário e aceitável agir de forma antiética no serviço público, isto porque o serviço público é um local de conflitos.

E) O servidor público deve evitar todo e qualquer ato de transparência e publicidade.

#### QUESTÃO 20

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A Seção II, ao tratar “Dos Principais deveres do servidor público”, mostra que o servidor público tem muitos direitos e pouquíssimos deveres. É por isso que muita gente se esforça para entrar no serviço público, isto é, para adquirir muitos direitos e poucos deveres.

B) É dever do servidor público desempenhar suas funções de cargo, setor e função.

C) É dever do servidor público desempenhar sua função a tempo, com excelência e em consonância às instruções organizacionais e normas estabelecidas.

D) É dever do servidor público zelar, quando do exercício do direito de greve, segundo às exigências da defesa da vida e da segurança coletiva.

E) É dever do servidor público ter consciência que o seu trabalho é regido por princípios éticos.

#### QUESTÃO 21

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) No serviço público, é fundamental ter uma postura obediente. Fundamental é aceitar as exigências da chefia, mesmo que, por vezes, pareçam estranhas e contrárias ao bem comum.

B) Elementos como ser probo, reto, leal e justo, são facultativos no exercício do trabalho público. Manter boas relações de trabalho e ter bom caráter são coisas distintas e que não se relacionam diretamente com o serviço público.

C) Por vezes, caso ele considere adequado, o funcionário está previamente autorizado a retardar algumas prestações de contas, mas não todas.

D) Quando estiver no trabalho, diante de duas opções, o funcionário público deve escolher a que lhe dê menos trabalho individualmente, mesmo que essa opção não seja a melhor e mais vantajosa para o bem comum.

E) Dentro do serviço público, é necessário que o servidor tenha consciência de que o seu trabalho é norteado por princípios éticos que são materializados cotidianamente na adequada prestação dos serviços públicos. A função do servidor público também é, certamente, uma função ética.

#### QUESTÃO 22

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Cabe ao servidor público tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, bem como aperfeiçoar os processos de comunicação e contato com o público.

B) O respeito à hierarquia, no âmbito do serviço público, é absoluto e independe de circunstâncias específicas. No caso, é vetado o direito de representar contra qualquer

comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal. Eis o que afirma com muita propriedade a Seção II, em seu artigo XIV.

C) Na verdade, no âmbito do serviço público, deve-se estar atento ao respeito à hierarquia, embora sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, desde que em conformidade com os princípios da ética e do bem comum.

D) É um dever do servidor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores individuais e contrários ao bem comum.

E) O servidor público deve ser assíduo e trabalhar de forma ordenada.

#### QUESTÃO 23

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) É responsabilidade de todo servidor público manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho.

B) O servidor público deve cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível. Por vezes, ele pode evitar fiscalizações de seus atos ou de seu setor, desde que devidamente instruído pelos superiores, ainda que tais instruções pareçam incidir contra o bem comum.

C) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

D) O funcionário público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.

E) O funcionário público deve apresenta-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

#### QUESTÃO 24

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

B) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

D) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, não caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito, em hipótese alguma, representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

#### QUESTÃO 25

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, em vista do Capítulo II, Seção I, Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo 9º explica com propriedade que: “Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo,

mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei”.

B) Constitui ato de improbidade administrativa receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

C) Constitui ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.

D) Não há desacerto ou ato de improbidade administrativa em aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

E) Constitui ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

#### QUESTÃO 26

A CODESAIMA foi criada com a finalidade de promover o desenvolvimento rural e urbano no seu território de atuação. Para a consecução desse objetivo, a empresa poderá promover diversas medidas, **exceto**:

A) elaborar projetos relacionados à colonização e mineração;

B) elaborar e executar, em convênio com os Municípios, projetos relativos à ocupação racional das áreas urbanas;

C) distribuir lucros aos empregados, anualmente, sempre que houver superávit da empresa;

D) participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

E) praticar atos de comércio e de indústria.

#### QUESTÃO 27

O regime jurídico aplicável à CODESAIMA é o da legislação que rege as:

A) sociedades em nome coletivo;

B) sociedades simples;

C) sociedades limitadas;

D) empresas públicas;

E) sociedades anônimas.

#### QUESTÃO 28

De acordo com a Lei federal n. 6.693/79, **não** se insere entre os órgãos integrantes da estrutura societária da CODESAIMA:

A) o conselho de administração;

B) o conselho de consumidores;

C) a diretoria;

D) o conselho fiscal;

E) a assembleia geral de acionistas.

#### QUESTÃO 29

Por força de lei, constitui recurso financeiro pertencente à CODESAIMA:

A) o capital intelectual produzido no interior da companhia;

B) o valor arrecadado a título de encargos trabalhistas e sociais dos empregados;

C) os bens patrimoniais de propriedade do Estado de Roraima;

D) o valor descontado em folha de pagamento oriundo de empréstimos consignados obtidos pelos empregados;

E) as doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas.

**QUESTÃO 30**

No que tange à atividade de controle dos bens e valores públicos administrados pela CODESAIMA, é **correto** afirmar que:

- A) externamente, está sujeita ao controle do Tribunal de Contas;
- B) se submete ao controle do Ministério Público, que aprovará todas as suas alterações estatutárias;
- C) o Conselho Fiscal é competente para exercer o controle externo, podendo fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;
- D) por possuir autonomia patrimonial e administrativa, não se sujeita a controle externo, mas apenas aos mecanismos de controle interno;
- E) em virtude de integrar a Administração Pública do Estado de Roraima, em hipótese alguma, sofrerá fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

**QUESTÃO 31**

De acordo com a Constituição estadual, constitui objetivo fundamental do Estado de Roraima:

- A) promover a igualdade entre os estados;
- B) garantir o desenvolvimento nacional sustentável;
- C) definir as microrregiões prioritárias para produção de alimentos e demais explorações, de acordo com as vocações naturais do Estado;
- D) incentivar o intercâmbio socioeconômico, cultural, político e ambiental com os países da América Latina;
- E) assegurar a observância do princípio da livre ocupação do território.

**QUESTÃO 32**

Em conformidade com a Constituição do Estado de Roraima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Em hipótese alguma o Estado intervirá no Município.
- B) A Constituição estadual possui um catálogo ou rol de direitos fundamentais semelhante ao previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- C) A propriedade privada é enumerada como um direito social.
- D) Os municípios não possuem Constituições próprias, sendo regidos pelas respectivas leis orgânicas, que observarão os princípios da Constituição Federal e da estadual.
- E) O Governador, com autorização da Assembleia Legislativa, poderá decretar a transferência da Capital, temporariamente, para outra cidade do território nacional.

**QUESTÃO 33**

Analise as proposições seguintes acerca do aproveitamento dos recursos minerais em face das regras da Constituição Estadual.

- I. Incluem-se expressamente entre os bens do Estado de Roraima os recursos minerais, inclusive os do subsolo, situados em seu território.
- II. As empresas mineradoras aplicarão anualmente parte dos recursos gerados com o aproveitamento dos bens minerais nos Municípios em que estiverem situadas as minas e jazidas.
- III. É obrigação das empresas mineradoras promoverem a recuperação do solo e o reflorestamento em locais onde foram executadas atividades de mineração.

Está **correto** o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) III, apenas.

**QUESTÃO 34**

No tocante às disposições da Constituição do Estado de Roraima sobre a organização dos Poderes, assinale a opção **correta**.

- A) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo público, mesmo que em virtude de aprovação em concurso público.
- B) O Governador e o Vice-Governador deverão ser domiciliados na Capital do Estado de Roraima.
- C) 15 dias é o período máximo que o Governador pode ausentar-se para o exterior sem autorização da Assembleia Legislativa.
- D) Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 18 anos e no exercício dos direitos políticos.
- E) Compete ao Governador a iniciativa da proposta orçamentária da Defensoria Pública, órgão da Administração Direta, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**QUESTÃO 35**

O Estado detém competência para, concorrentemente com a União, legislar sobre:

- A) interesses locais;
- B) desapropriação;
- C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- D) direito penal e direito civil;
- E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação e preservação da natureza.

**QUESTÃO 36**

Acerca da disciplina da Administração Pública estabelecida na Constituição Estadual, assinale a alternativa **correta**.

- A) A remuneração dos servidores públicos só poderá ser fixada ou aumentada por lei, podendo a alteração que não acarretar aumento de despesa ser efetuada por decreto.

B) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

C) O limite etário para o ingresso inicial no serviço público estadual é 65 anos.

D) Nenhum servidor do Poder Executivo perceberá remuneração ou subsídio superior ao do Governador.

E) Os empregados e servidores da Administração Indireta contribuirão para um fundo próprio de previdência pública, distinto do instituto de previdência da Administração Direta.

**QUESTÃO 37**

Assinale a opção **correta** acerca da organização dos Poderes e das funções essenciais à justiça, considerando as disposições da Constituição do Estado de Roraima.

A) A Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

B) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado em lei de iniciativa da Assembleia, na razão de, no máximo, 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

C) O controle externo dos órgãos da Administração Direta estadual é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, com o auxílio da Assembleia Legislativa.

D) O Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, 7 Desembargadores nomeados exclusivamente dentre magistrados de carreira.

E) Compete ao Governador nomear os dirigentes das empresas estatais, cabendo à mesa da Assembleia Legislativa exonerá-los em caso de crime de responsabilidade.

**QUESTÃO 38**

De acordo com a Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração da CODESAIMA, o desenvolvimento funcional do empregado na carreira se dá mediante:

- A) promoção e progressão;
- B) ascensão funcional e progressão por titulação;
- C) por promoção por tempo de serviço e acesso;
- D) progressão horizontal e progressão vertical;
- E) progressão por merecimento e progressão por antiguidade, alternadamente.

**QUESTÃO 39**

À luz da Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração, assinale a opção **correta**.

- A) O empregado público da CODESAIMA somente adquirirá a estabilidade após a aprovação no estágio probatório, que terá duração de 2 anos.
- B) A cessão do servidor para outro órgão ou entidade suspende o interstício para a obtenção do desenvolvimento na carreira.
- C) A remuneração do empregado não poderá ultrapassar o valor em espécie do subsídio mensal pago ao Diretor Presidente da CODESAIMA.
- D) A natureza pública do vínculo estabelecido entre o empregado e a CODESAIMA afasta os benefícios instituídos na CLT para os empregados da iniciativa privada.
- E) É vedado ao empregado público da CODESAIMA licenciar-se do cargo para tratar de interesses particulares.

**QUESTÃO 40**

Analise a seguinte situação-problema: Daniel, empregado da CODESAIMA, e sua esposa decidiram ter um filho. A esposa engravidou, porém, devido a complicações durante o trabalho de parto, veio a óbito. O filho sobreviveu e ficou aos cuidados do pai.

Nessa hipótese, tomando por base o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, Daniel:

- A) disporá de 5 dias consecutivos de licença paternidade;
- B) será dispensado 1 hora por dia da jornada de trabalho, pelo período máximo de 60 dias;
- C) gozará de licença paternidade pelo período de 15 dias;
- D) receberá um auxílio equivalente a 30% do salário-base para a colocação do recém-nascido em uma creche;
- E) usufruirá do tempo de licença a que teria direito a mãe, se fosse empregada.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 41

Sabendo que parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, assinale a alternativa **correta**.

A) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

B) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

C) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência.

D) O prazo de vigência do contrato de parceria público-privada, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não pode ser inferior a dez nem superior a vinte e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.

E) Antes da celebração do contrato de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, devendo a Administração Pública ser titular da maioria do seu capital votante.

### QUESTÃO 42

Sobre o entendimento do STF e STJ a respeito do regramento jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Para o STF, nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

B) O entendimento do STF sobre teto remuneratório em casos autorizados

constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções é diametralmente oposto ao entendimento do STJ.

C) No entendimento do STF, não se aplica a teoria do fato consumado ao candidato que toma posse em cargo público por força de decisão judicial precária, pois, sendo revogada a decisão, ele perderá o cargo independente do tempo que nele esteja.

D) Para o STJ, quando o exercício do cargo foi amparado por decisão judicial precária e o servidor se aposentou, antes do trânsito em julgado da decisão, por tempo de contribuição durante esse exercício e após legítima contribuição ao sistema, a revogação da decisão que o permitiu tomar posse no cargo não pode ocasionar a cassação da aposentadoria.

E) Segundo o STJ, candidatos, que acabam por participar das demais etapas do certame por força de decisões judiciais passíveis de reforma, não têm direito adquirido à nomeação definitiva, uma vez que não se pode perpetuar uma situação precária.

### QUESTÃO 43

À luz do entendimento do STJ sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Ainda que não haja dano ao erário, é possível a condenação por ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, excluindo-se, contudo, a possibilidade de aplicação da pena de ressarcimento ao erário.

B) O conceito jurídico de ato de improbidade administrativa, por ser circulante no ambiente do direito sancionador, não é daqueles que a doutrina chama de elásticos, isto é, daqueles que podem ser ampliados para abranger situações que não tenham sido contempladas no momento da sua definição.

C) A conduta do agente não pode ser considerada ímproba apenas do ponto de vista



objetivo, sob pena de dar azo a responsabilidade objetiva.

D) Não se enquadra como ato de improbidade administrativa eventual abuso praticado por policial, durante abordagem, caso o ofendido pela conduta seja particular que não estava em exercício da função estatal.

E) O estagiário não remunerado que atua no serviço público, de forma transitória, não se enquadra no conceito legal de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa, podendo apenas ser responsabilizado se identificado algum agente público como autor da prática do ato de improbidade.

#### QUESTÃO 44

No tocante à desapropriação, julgue os itens a seguir:

I. É possível a desistência da desapropriação, a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem alteração substancial que impeça que seja utilizado como antes.

II. A justa indenização inclui, portanto, o valor do bem, suas rendas, danos emergentes e lucros cessantes, além dos juros compensatórios e moratórios, despesas judiciais, honorários de advogado e correção monetária.

III. Construções feitas após a declaração de interesse público deverão ser indenizadas pelo ente expropriante quando da desapropriação efetivada.

IV. A indenização decorrente de desapropriação não encerra ganho de capital, porquanto a propriedade é transferida ao poder público por valor justo e determinado pela justiça a título de indenização, não ensejando lucro, mas mera reposição do valor do bem expropriado.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) apenas o enunciado III é incorreto.
- B) apenas o enunciado IV é incorreto.
- C) apenas os enunciados II e III são incorretos.

D) apenas o enunciado I é correto.

E) todos os enunciados são corretos.

#### QUESTÃO 45

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

Para o STF o ato administrativo de concessão de aposentadoria é:

- A) composto;
- B) complexo;
- C) simples;
- D) geral;
- E) declaratório.

#### QUESTÃO 46

Assinale a alternativa **incorreta**.

São características das autarquias:

- A) serem imunes a impostos;
- B) serem criadas e extintas por lei específica;
- C) serem dotadas de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial;
- D) poderem explorar atividade econômica por força de contingência ou conveniência administrativa;
- E) possuírem as prerrogativas especiais da Fazenda Pública.

#### QUESTÃO 47

Assinale a alternativa **incorreta** no tocante às teorias adotadas pelo §6º, do art. 37, da Constituição da República a respeito da responsabilidade civil do Estado, sabendo que tal dispositivo aglutina mais de uma teoria.

- A) Teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- B) Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.
- C) Teoria do risco administrativo.
- D) Teoria da responsabilidade subjetiva do agente.
- E) Teoria regalista.

**QUESTÃO 48**

Determinado ente público possui um contrato com empresa privada, cujo objeto é a prestação de serviço de vigilância, no entanto, a referida empresa deixou de pagar os salários dos empregados que fazem a vigilância dos prédios administrativos do ente público contratante. Nesse contexto, à luz do entendimento do STF, julgue os itens a seguir:

I - A Administração Pública, pautada pelo dever de eficiência, deve empregar as soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente quando demonstrado, pela teoria e pela prática internacional, que a terceirização não importa precarização às condições dos trabalhadores.

II - O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

III - Se, na análise do caso concreto, ficar configurada a culpa da Administração em fiscalizar a execução do contrato firmado com a empresa contratada, estará presente sua responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas não adimplidos.

IV - A execução indireta de serviço de vigilância, por não encontrar amparo na legislação pátria, é uma exceção que provoca a responsabilidade solidária da Administração pelos débitos trabalhistas não adimplidos dos vigilantes que atuam nos prédios públicos onde é prestado o serviço objeto do contrato.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é correto.
- B) Apenas o enunciado IV é correto.
- C) Apenas os enunciados I, II e III são corretos.
- D) Apenas os enunciados II, III e IV são corretos.
- E) Todos os enunciados são corretos.

**QUESTÃO 49**

A autoridade máxima de determinada entidade pública da administração indireta, ao presenciar servidor público a ela subordinado praticando ato de improbidade administrativa, fez publicar portaria aplicando imediatamente a penalidade de demissão a qual encaminhou, por ofício, ao Ministério Público para as demais providências cabíveis.

Com base nas informações acima e no entendimento do STJ sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I - Agiu corretamente a autoridade, pois a sua conduta está amparada no instituto da verdade sabida e no poder-dever de autotutela.

II - Se não tivesse presenciado o fato e dele tivesse tomado conhecimento por meio de denúncia anônima não poderia processo administrativo, já que não cabe à autoridade administrativa instaurar sindicância ou processo administrativo disciplinar com fundamento em denúncia anônima.

III - Se tivesse a autoridade tomado conhecimento por outro meio e determinado a instauração de sindicância investigatória, esta deveria necessariamente respeitar o contraditório e a ampla defesa.

IV - A independência das instâncias cível, penal e administrativa permite a aplicação da pena de demissão na hipótese em que o servidor público praticar ato de improbidade, desde que apurado em prévio processo administrativo disciplinar.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado II é incorreto.
- B) Apenas o enunciado I é incorreto.
- C) Apenas os enunciados I e II são incorretos.
- D) Apenas os enunciados I, II e III são incorretos.
- E) Apenas os enunciados II e IV são incorretos.

**QUESTÃO 50**

Acerca do instituto do consórcio público, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- B) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- C) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- D) É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- E) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

**QUESTÃO 51**

Sabendo a que concepção clássica de Emmanuel Joseph Sieyès sobre o poder constituinte é, na realidade, uma teoria sobre a legitimidade do poder, conforme panfleto por ele publicado, poucos meses antes do começo da Revolução Francesa, intitulado *Quest-ce que le tiers Etat*, que expressava as reivindicações da burguesia contra o privilégio e o absolutismo, assinale a alternativa incorreta sobre os pontos capitais do raciocínio de Sieyès.

- A) Uma Nação não pode alienar nem proibir o direito de mudar; qualquer que seja a sua vontade, jamais poderá cercear o direito de mudança.
- B) A Nação se forma unicamente pelo direito positivo, assim como o governo, que é regulado pelo mesmo direito.
- C) A Nação preexiste a qualquer forma constitucional.

D) O governo só exerce um poder real enquanto constitucional; a vontade nacional, ao invés, parte sempre da lei.

E) A depender da vontade da Nação, todas as formas são boas, pois o seu desejo é sempre uma lei suprema.

**QUESTÃO 52**

No tocante à classificação das normas constitucionais, assinale a alternativa **incorreta** quanto às características dos dispositivos normativos de eficácia contida.

- A) Apresentam uma cláusula de redutibilidade, permitindo que leis subalternas componham seu significado.
- B) A própria constituição pode restringir ou suspender-lhes a eficácia.
- C) Abrigam conceitos genéricos, vagos, indeterminados, que, ao restringir ou suspender situações subjetivas ativas ou de vantagem, atrelam a atuação do Poder Público.
- D) As leis editadas para regulá-los podem ampliar o seu conteúdo, aumentando o campo de abrangência dos assuntos que disciplinam.
- E) Situam-se em qualquer parte da constituição, principalmente entre os seus elementos limitativos.

**QUESTÃO 53**

Sobre a hermenêutica constitucional, assinale a alternativa **correta**.

- A) Para Peter Häberle, a interpretação das constituições é uma atividade exclusivamente estatal.
- B) Conforme o método jurídico de Ernest Forsthoff, a interpretação das constituições se distingue da exegese das leis comuns, e, por isso, não se deve utilizar os métodos clássicos de hermenêutica para compreender o significado das normas constitucionais.
- C) Para o STF, o conteúdo político de uma Constituição permite o desprezo do sentido vernacular das palavras nela contida.

D) De acordo com o método tópicoproblemático, o intérprete constitucional não pode separar o programa normativo, inserido nas constituições, da realidade social.

E) O princípio da concordância prática tem como meta coordenar, harmonizar e combinar bens constitucionais conflitantes, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros.

### QUESTÃO 54

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A inconstitucionalidade formal orgânica decorre da inobservância da competência legislativa para a elaboração do ato.

B) A criação de Municípios por lei estadual sem a realização e consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei, configura inconstitucionalidade formal por violação a pressuposto objetivo do ato normativo.

C) O controle prévio de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário para assegurar o direito público subjetivo ao devido processo legislativo pode ser provocado por terceiro que não ostenta a condição de parlamentar, desde que comprove a sua potencial condição de destinatário da futura lei.

D) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

E) A jurisprudência do STF orienta-se no sentido da inaplicabilidade da cláusula de reserva de plenário às decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

### QUESTÃO 55

Assinale a alternativa **correta**.

De acordo com o entendimento do STF, não podem ser objeto de ADI:

A) súmula da jurisprudência predominante de Tribunal Superior;

B) decreto autônomo, que institui benefícios fiscais;

C) decisão proferida por Tribunal, em agravo regimental, que estende efeitos administrativos e financeiros a todos os servidores em situação idêntica à do agravante;

D) resolução de Secretário de Segurança que disciplina horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais;

E) ato de Tribunal que implique determinação no sentido de proceder-se, de maneira geral, a revisão dos vencimentos, proventos e pensões devidos a servidores e beneficiários.

### QUESTÃO 56

Acerca do entendimento do STF sobre os direitos e garantias individuais e coletivas, assinale a alternativa **incorreta**.

A) É constitucional a fixação de cotas em universidades para alunos que sejam egressos de escolas públicas.

B) É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

C) A lei que veda o exercício da atividade de advocacia por aqueles que desempenham, direta ou indiretamente, atividade policial, não afronta o princípio da isonomia.

D) Depende da autorização de familiares, em caso de falecimento ou ausência, de pessoas retratadas como coadjuvantes para produção, publicação ou exposição de obras biográficas literárias ou audiovisuais.

E) A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização.

**QUESTÃO 57**

Sobre os direitos sociais à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A referência ao salário mínimo contida em lei estadual para fins de benefício deve ser considerada como um valor certo que vigora na data da edição da lei, passando a ser corrigido nos anos seguintes por meio de índice econômico diverso.
- B) O prazo da licença-adoante não pode ser inferior ao prazo da licença-gestante.
- C) A contribuição confederativa, fixada em assembleia geral, descontada em folha, para o custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- D) O estrangeiro residente no País tem direito a um salário mínimo como benefício de prestação continuada, a título de assistência social, se deficiente ou idoso com mais de 65 anos que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, atendidos os requisitos constitucionais e legais.
- E) O limite legal estabelecido de 1/4 de salário mínimo é critério absoluto para se aferir a hipossuficiência do idoso ou deficiente para fins de concessão de benefício social de prestação continuada, não podendo o juiz se valer de outros parâmetros.

**QUESTÃO 58**

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Ao Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
- B) Para o STF, se o Deputado ou Senador for condenado a mais de 120 dias em regime fechado, a perda do cargo será uma consequência lógica da condenação. Neste caso, caberá à Mesa da Câmara ou do

Senado apenas declarar que houve a perda, sem poder discordar da decisão do STF.

- C) Se o Deputado ou Senador for condenado a uma pena em regime aberto ou semiaberto, a condenação criminal não gera a perda automática do cargo, sendo que o Plenário da Câmara ou do Senado irá, neste caso, deliberar se o condenado deverá ou não perder o mandato.
- D) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- E) É vedado às unidades federativas instituírem normas que condicionem a instauração de ação penal contra o Governador, por crime comum, à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive afastamento do cargo.

**QUESTÃO 59**

Assinale a alternativa **correta**.

São fundamentos da República Federativa do Brasil:

- A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- B) a prevalência dos direitos humanos;
- C) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- D) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- E) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**QUESTÃO 60**

Assinale a alternativa **correta**.

É competência privativa da União:

- A) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- B) legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- C) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- D) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- E) legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**QUESTÃO 61**

Assinale a alternativa **incorreta**.

Uma sociedade empresária pode organizar-se das seguintes formas:

- A) sociedade em comandita simples;
- B) sociedade em nome coletivo simples;
- C) sociedade limitada;
- D) sociedade anônima;
- E) sociedade em comandita por ações.

**QUESTÃO 62**

A respeito da transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a alternativa **correta**.

- A) O ato de transformação pressupõe a dissolução ou a liquidação da sociedade.
- B) a falência da sociedade transformada produzirá efeitos em relação a todos os sócios e beneficiará todos os titulares de créditos da sociedade.
- C) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar

sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

D) Até 180 dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

E) Na fusão uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

**QUESTÃO 63**

Tício, Caio, Mévio e Seprônio são sócios de uma sociedade limitada, constituída por prazo indeterminado. Tício decide exercer seu direito de retirada e, no dia 28/07/2017, envia notificação extrajudicial para Caio, Mévio e Seprônio informando que está se retirando da sociedade, todavia, não há acordo, nem estipulação no contrato social para a liquidação de quota. Diante de tal situação, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Tício só poderá se retirar da sociedade após decorridos sessenta dias da notificação dos demais sócios.
- B) Nos trinta dias subsequentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.
- C) A data-base para apuração de haveres relativo às quotas sociais de Tício será o termo final do prazo de sessenta dias depois da notificação.
- D) Para efetivamente se retirar da sociedade, Tício deverá provar, judicialmente, a justa causa.
- E) A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação.

**QUESTÃO 64**

Assinale a alternativa **incorreta**.

A) A nomeação de liquidante somente se faz necessária nos casos de dissolução total da sociedade, considerando que suas atribuições estão relacionadas com a gestão do patrimônio social de modo a regularizar a sociedade que se pretende dissolver.

B) Na dissolução parcial, em que se pretende apurar exclusivamente os haveres do sócio falecido ou retirante, com a preservação da atividade da sociedade, basta que seja nomeado um perito técnico habilitado para realizar uma perícia contábil a fim de determinar o valor da quota-parte devida ao ex-sócio ou aos seus herdeiros.

C) A ação de dissolução parcial de sociedade não pode ter por objeto a sociedade anônima de capital fechado, mesmo que demonstrado por acionista a impossibilidade de realização dos fins da sociedade.

D) O cônjuge ou companheiro do sócio, cujo casamento, união estável ou convivência terminou, poderá requerer a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio.

E) Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

#### QUESTÃO 65

Acerca dos valores mobiliários, assinale a alternativa **correta**.

A) É vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias.

B) É vedado à companhia adquirir debêntures de sua emissão.

C) Se o estatuto da companhia não dispuser o contrário, a emissão de bônus de subscrição compete ao conselho de administração.

D) As ações da companhia aberta somente poderão ser negociadas depois de realizados cinquenta por cento do preço de emissão.

E) Debênture não pode ser convertida em ações.

#### QUESTÃO 66

Assinale a alternativa **correta**.

Conforme entendimento do STJ, o prazo decadencial para que o sócio minoritário de sociedade limitada de administração coletiva exerça o direito à anulação da deliberação societária que o tenha excluído da sociedade é de:

A) 3 anos.

B) 2 anos.

C) 5 anos.

D) 4 anos.

E) 10 anos.

#### QUESTÃO 67

Acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora.

B) Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

C) O estatuto social das empresas públicas e das sociedades de economia mista deverá prever a possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades.

D) O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração

e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção.

E) A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno.

### QUESTÃO 68

Assinale a alternativa **correta**.

Sabendo que os dois principais sistemas de Governança Corporativa são o *outsider system*, adotado em países com os Estados Unidos e Inglaterra, e o *insider system*, relacionado a países asiáticos e ao Brasil, assinale a alternativa que não contém uma característica do *insider system*.

- A) Grandes acionistas tipicamente no comando das operações diárias, diretamente ou via pessoas de sua indicação.
- B) Frequente o controle familiar nas grandes companhias, bem como a presença do Estado como acionista relevante.
- C) Baixo ativismo e menor porte dos investidores institucionais.
- D) Estrutura de propriedade mais concentrada.
- E) Mercado com possibilidade real de aquisições hostis de controle.

### QUESTÃO 69

Sobre a Lei Anticorrupção, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos lesivos contra a administração pública, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- B) Em caso de prática de ato lesivo contra a administração pública, a pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da

responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.

C) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos contra a administração pública ou para provocar confusão patrimonial.

D) A celebração de acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado à administração pública.

E) Os efeitos do acordo de leniência não poderão ser estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico.

### QUESTÃO 70

Acerca da ação de responsabilidade civil contra o administrador pelos prejuízos causados ao patrimônio de sociedade anônima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Qualquer acionista poderá promover a ação, se não for proposta no prazo de sessenta dias da deliberação da assembleia-geral pela responsabilização.
- B) Se a assembleia deliberar não promover a ação, poderá ela ser proposta por acionistas que representem dez por cento, pelo menos, do capital social da companhia.
- C) No caso de ação de responsabilidade civil promovida por acionista, os resultados da ação deferem-se aos autores da demanda, a fim de reparar os danos por eles sofridos, sendo destinados à companhia os valores que excederem a integral reparação dos danos dos demandantes.
- D) Acionistas e companhia podem litigar em litisconsórcio facultativo ativo em ação de responsabilidade civil contra o administrador pelos prejuízos causados ao patrimônio da sociedade anônima, quando não proposta a ação pela companhia no prazo de três meses após a deliberação da assembleia-geral.
- E) O administrador, contra o qual deva ser proposta ação, não poderá ser substituído na mesma assembleia que deliberar sobre a sua propositura.



**QUESTÃO 71**

A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, ação *in rem verso*, possui como requisitos:

- I. Enriquecimento de alguém.
- II. Empobrecimento correspondente de outrem.
- III. Relação de causalidade entre ambos.
- IV. Presença de causa jurídica.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é correto.
- B) Apenas os enunciados II e IV são incorretos.
- C) Apenas os enunciados I e III são corretos.
- D) Apenas os enunciados I e IV são corretos.
- E) Apenas os enunciados I, II, e III são corretos.

**QUESTÃO 72**

A respeito da legislação específica sobre alienação fiduciária e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, julgue os itens a seguir:

I - O procedimento judicial de busca e apreensão utilizado em caso de inadimplência de contrato de alienação fiduciária é um instrumento exclusivo das instituições financeiras *lato sensu* ou das pessoas jurídicas de direito público titulares de créditos fiscais e previdenciários.

II - As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público ligadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado são equiparadas a instituição financeira, possuindo, assim, legitimidade ativa para promover ação judicial de busca e apreensão em caso inadimplência de contrato de alienação fiduciária.

III - As fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Os enunciados I e II são corretos.
- B) Apenas o enunciado I é correto.
- C) Apenas o enunciado I é incorreto.
- D) Apenas o enunciado II é incorreto.
- E) Apenas o enunciado III é correto.

**QUESTÃO 73**

Seprônio, menor com 13 anos de idade, enquanto dirigia carro de Mévio, seu pai com quem reside, e fazia vídeo para postar em rede social, atropelou, por imprudência, Caio que ficou gravemente ferido, mas, após várias intervenções cirúrgicas, sobreviveu. Caio ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Mévio. Após ser condenado a ressarcir Caio, Mévio recorreu da decisão aduzindo que Seprônio havia saído com o veículo sem o seu consentimento e que não estava em sua companhia no momento do fato.

Com base na situação hipotética apresentada, e no entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do incapaz, julgue os itens a seguir:

I - A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é subsidiária porque apenas ocorrerá quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima.

II - A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é condicional e mitigada porque não poderá ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.

III - A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos deve ser equitativa, tendo em vista que a indenização deverá ser equânime, sem a privação do mínimo necessário para a sobrevivência digna do incapaz.

IV - O Código Civil, ao se referir a autoridade e companhia dos pais em relação aos filhos, no que diz respeito ao dever de indenizar, quis explicitar o poder familiar, compreendendo um plexo de deveres, independentemente da vigilância investigativa e diária, sendo irrelevante a proximidade física no momento

em que os menores venham a causar danos, salvo em caso de residência permanente em local distinto daquele no qual mora o menor com o outro genitor.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Os enunciados I, II, III e IV são corretos.
- B) Apenas o enunciado IV é incorreto.
- C) Apenas os enunciados I e IV são incorretos.
- D) Apenas os enunciados I e III são corretos.
- E) Apenas o enunciado III é incorreto.

#### QUESTÃO 74

Assinale a alternativa **correta**.

Conforme o STJ, o prazo prescricional para que o condomínio geral ou edifício, horizontal ou vertical, exercite a pretensão de cobrança da taxa condominial ordinária ou extraordinária constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação, é de:

- A) 3 anos.
- B) 2 anos.
- C) 10 anos.
- D) 5 anos.
- E) 4 anos.

#### QUESTÃO 75

Assinale a alternativa **correta**.

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os ébrios habituais;
- B) os pródigos;
- C) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- D) os menores de dezesseis anos;
- E) os viciados em tóxico.

#### QUESTÃO 76

Assinale a alternativa **correta**.

O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro, decai em:

- A) 2 anos.
- B) 3 anos.
- C) 1 ano.
- D) 5 anos.
- E) 10 anos.

#### QUESTÃO 77

A respeito das cooperativas, julgue os itens a seguir:

I - O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

II - Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as empresas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

III - As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito pela paralisação de suas atividades por mais de cento e oitenta dias.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é correto.
- B) Apenas o enunciado III é correto.
- C) Apenas os enunciados II e III são corretos.
- D) Todos os enunciados são corretos.
- E) Apenas os enunciados I e II são corretos.

**QUESTÃO 78**

Acerca das organizações sociais, julgue os itens a seguir:

I. O contrato de gestão, firmado entre o Poder Público e a organização social, deve conter a especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

II. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, firmado entre o Poder Público e a organização social, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão imediata ciência ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

III. Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, firmado entre o Poder Público e a organização social, parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado II é correto.
- B) Apenas o enunciado I é correto.
- C) Apenas os enunciados I e III são corretos.
- D) Apenas os enunciados I e II são corretos.
- E) Todos os enunciados são incorretos.

**QUESTÃO 79**

Sabendo que a doutrina da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, *disregard of legal entity*, que teve como um dos precursores o caso Salomon vs Salomon & Co Ltd, na Inglaterra, em 1897, fortalecendo-se a partir de 1952, com a tese de doutorado de Rolf Serick, admite a superação da personalidade jurídica da sociedade a fim de

se responsabilizar os sócios, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O instituto da desconsideração da personalidade jurídica deve ter aplicação sobre os bens dos administradores ou sócios que efetivamente contribuíram na prática do abuso ou fraude na condução administrativa da sociedade, devendo, pois, ser afastada a responsabilidade do sócio minoritário que não teve atuação na prática dos referidos atos.

B) A *disregard doctrine* não visa a anular a personificação da sociedade, mas apenas torná-la ineficaz para determinados atos, por isso não acarreta o fim da pessoa jurídica, ou seja, esta não será dissolvida nem liquidada.

C) A responsabilidade ilimitada dos sócios pelas deliberações infringentes da lei ou do contrato torna desnecessária a desconsideração da personalidade jurídica, por não constituir a autonomia patrimonial da pessoa jurídica escudo para a responsabilização pessoal e direta.

D) O Código Civil previu que o abuso de personalidade pode ser caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o que atesta a adoção da concepção objetivista da teoria da desconsideração.

E) O Código Civil adotou a teoria menor da desconsideração, que exige a demonstração da ocorrência de elemento objetivo relativo a qualquer um dos requisitos previstos na norma, caracterizadores de abuso da personalidade jurídica, como a demonstração do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial.

**QUESTÃO 80**

Em se tratando do adimplemento e extinção das obrigações, o pagamento reiteradamente feito em outro local fazendo presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato, à luz dos desdobramentos da boa-fé, objetiva nas relações contratuais, é um exemplo de:

- A) *surrectio* do direito do credor;
- B) *supressio* do direito do credor;
- C) *exceptio doli* do direito do devedor;

- D) *tu quoque* do direito do credor;  
 E) *exceptio doli* do direito do devedor.

### QUESTÃO 81

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Não compete originariamente ao STF processar e julgar execução individual de sentenças genéricas de perfil coletivo, inclusive aquelas proferidas em sede mandamental. Tal atribuição cabe aos órgãos judiciários competentes de primeira instância.
- B) A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva podem ser ajuizadas no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo.
- C) Na hipótese de duplicidade de intimações, prevalece a intimação eletrônica sobre aquela realizada por meio do Diário da Justiça eletrônico.
- D) O dano processual não é pressuposto para a aplicação da multa por litigância de má-fé, pois se trata de mera sanção processual, aplicável inclusive de ofício, e que não tem por finalidade indenizar a parte adversa.
- E) É necessária a comprovação de prejuízo para que haja condenação ao pagamento de indenização por litigância de má-fé.

### QUESTÃO 82

Sobre o *amicus curiae*, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Da decisão que admitir a participação de *amicus curiae* cabe agravo, no prazo de 15 dias.
- B) A intervenção de *amicus curiae* não implica alteração de competência.
- C) A intervenção de *amicus curiae* não autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de

declaração e a hipótese de recurso contra decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

D) O *amicus curiae* pode ser pessoa física ou jurídica.

E) Havendo três *amici curiae* para fazer sustentação oral, o prazo deverá ser considerado em dobro, ou seja, 30 minutos, devendo ser dividido pelo número de sustentações orais.

### QUESTÃO 83

Acerca da competência julgue os itens a seguir:

- I. Compete à justiça estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.
- II. As sociedades de economia mista só tem foro na justiça federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.
- III. É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado III é correto.
- B) Apenas o enunciado II é incorreto.
- C) Apenas os enunciados II e III são incorretos.
- D) Os enunciados I, II e III são incorretos.
- E) Os enunciados I, II e III são corretos.

### QUESTÃO 84

Assinale a alternativa **correta**.

Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução de mérito, provocada pela perda do objeto da ação em razão de ato de terceiro, e sem que exista a possibilidade de se saber qual dos litigantes seria sucumbente se o mérito da ação fosse julgado, o pagamento das custas e dos honorários advocatícios, segundo o STJ, deve ser:

- A) rateado entre o terceiro e o autor;

- B) rateado entre o autor e o réu;
- C) rateado entre o terceiro e o réu;
- D) pago pela parte autora;
- E) pago pela parte ré.

### QUESTÃO 85

Acerca da responsabilidade patrimonial:

I. A indisponibilidade de bens do executado deferida em ação civil pública não impede a adjudicação de um determinado bem ao credor que executa o devedor comum com substrato em título executivo judicial.

II. Os bens do fiador ficarão sujeitos à execução se os do devedor, situados na mesma comarca que os seus, forem suficientes à satisfação do direito do credor.

III. Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição exclusivamente sobre o terreno, no primeiro caso, ou sobre a construção ou a plantação, no segundo caso.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado II é incorreto.
- B) Apenas o enunciado III é incorreto.
- C) Apenas o enunciado I é correto.
- D) Apenas os enunciados I e II são corretos.
- E) Apenas os enunciados I e III são incorretos.

### QUESTÃO 86

Assinale a alternativa **correta**.

A execução individual de sentenças genéricas de perfil coletivo, inclusive aquelas proferidas em sede mandamental, ajuizadas em face do TCU e julgadas originariamente pelo STF, compete:

- A) ao STF;
- B) ao STJ;

C) ao juízo de 1ª instância do Tribunal de Justiça do Estado do foro do domicílio do beneficiário;

D) do juízo de 1ª instância da Justiça Federal, do foro do domicílio do beneficiário;

E) do Tribunal Regional Federal.

### QUESTÃO 87

Tício, servidor público, impetrou mandado de segurança, para salvaguardar direito líquido e certo, contra ato abusivo praticado por administrador de entidade autárquica, obtendo do Poder Judiciário a concessão de medida liminar. No julgamento do mérito, mais de dez anos depois de concedida a liminar, o órgão julgador verificou que o referido *writ* fora impetrado cento e oitenta dias após a publicação da decisão administrativa no diário oficial, data em que Tício tomou conhecimento do ato.

Com base nessas informações e no entendimento do STF sobre o mandado de segurança, julgue os itens a seguir:

I. O termo inicial para contagem do prazo decadencial para impetração de mandado de segurança preventivo é a data em que a pessoa prejudicada teve ciência do fato.

II. À luz do inciso LXIX, do art. 5º, da Constituição da República, é inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

III. Em nome dos princípios da primazia da decisão de mérito e da segurança jurídica é possível a relativização do prazo decadencial do mandado de segurança, quando, mesmo impetrado intempestivamente, a demora da decisão de mérito, diante de liminar concedida, comprometer a defesa do direito via ação ordinária.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é correto.
- B) Apenas o enunciado II é correto.
- C) Apenas o enunciado III é correto.
- D) Apenas os enunciados I e II são corretos.
- E) Os enunciados I, II e III são corretos.

**QUESTÃO 88**

Assinale a alternativa **incorreta**.

São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- A) expor os fatos em juízo conforme a verdade;
- B) não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;
- C) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;
- D) deduzir pretensão ou defesa contra texto exposto de lei ou fato incontroverso;
- E) não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

**QUESTÃO 89**

Acerca das causas de impedimento e suspeição, analise os itens a seguir:

I - Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive.

II - Há suspeição do juiz quando figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

III - Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

IV - Há suspeição do juiz que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes

acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é incorreto.
- B) Apenas o enunciado III é incorreto.
- C) Apenas o enunciado IV é correto.
- D) Apenas os enunciados II e IV são corretos.
- E) Apenas os II, III e IV são incorretos.

**QUESTÃO 90**

A respeito das alterações promovidas no Novo Código de Processo Civil pela sua primeira reforma, julgue os itens a seguir:

I - A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

II - É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

III - Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de quinze dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido.

IV - Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Todos os enunciados são corretos.
- B) Apenas os enunciados II e IV são corretos.
- C) Apenas os enunciados I, II e III são corretos.

- D) Apenas o enunciado IV é correto.  
E) Apenas os enunciados I e III são corretos.

**QUESTÃO 91**

Acerca do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o entendimento do STF sobre a matéria, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O ICMS incide sobre todo o processo de fornecimento de energia elétrica, tendo em vista que as fases de geração, transmissão e distribuição da energia são indissociáveis.  
B) O ICMS pode ter como fato gerador a prestação de serviço de comunicação.  
C) A tarifa de uso do sistema de distribuição não compõe o preço final da operação de fornecimento de energia elétrica e por isso não integra base de cálculo do ICMS.  
D) O ICMS pode ter como fato gerador a prestação de serviços de transporte interestadual.  
E) O ICMS pode ter como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal.

**QUESTÃO 92**

Determinada empresa pública, prestadora de serviço público, celebrou contrato com empresa privada para concessão de uso de imóvel. Consta no contrato que a empresa privada utilizará o imóvel da empresa pública para exploração empresarial com finalidade lucrativa. Com base nessas informações e no entendimento do STF sobre imunidade recíproca, julgue os itens a seguir:

- I. O imóvel utilizado pela empresa privada não poderá ser objeto de cobrança de IPTU em função da imunidade recíproca.  
II. A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.  
III. As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente

estatal, gozam da imunidade tributária recíproca.

IV. A desoneração causada pela imunidade recíproca que gozam os entes estatais não deve ter como efeito colateral relevante a quebra dos princípios da livre concorrência e do livre exercício de atividade profissional ou econômica lícita.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas os enunciados I e II são incorretos.  
B) Apenas os enunciados II e IV são incorretos.  
C) Apenas o enunciado II é incorreto.  
D) Apenas o enunciado I é incorreto.  
E) Apenas o enunciado III é incorreto.

**QUESTÃO 93**

A respeito do entendimento vinculante do STF em matéria tributária, assinale a alternativa **correta**.

- A) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.  
B) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é ilegítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro.  
C) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.  
D) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, sobre operações de locação de bens móveis.  
E) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

**QUESTÃO 94**

A respeito do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR), assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Incide o Imposto de Renda sobre o adicional de 1/3 de férias gozadas.
- B) São isentas de Imposto de Renda as indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional.
- C) O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda.
- D) O Imposto de Renda não está sujeito ao princípio da noventena, sendo que sua majoração pode gerar efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente.
- E) O Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza é tributo sujeito ao lançamento por declaração.

**QUESTÃO 95**

Acerca da responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir:

I. Segundo o STJ, com o pagamento antecipado não ocorre recolhimento do imposto antes da ocorrência do fato gerador, pois o momento da incidência do tributo fixado por lei não se confunde com a cobrança do tributo, pelo que o sistema de substituição tributária não agride o ordenamento jurídico tributário.

II. No entendimento do STF, a cobrança antecipada do ICMS por meio de estimativa constitui simples recolhimento cautelar enquanto não há o negócio jurídico de circulação, em que a regra jurídica, quanto ao imposto, incide.

III. Conforme o STJ, o credor que arremata veículo em relação ao qual pendia débito de IPVA responde pelo tributo em atraso.

Considerando os enunciados acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas o enunciado I é correto.
- B) Apenas o enunciado II é correto.
- C) Apenas o enunciado III é incorreto.

- D) Apenas os enunciados I e III são incorretos.
- E) Todos os enunciados são incorretos.

**QUESTÃO 96**

Sabendo que é assegurada às instituições de educação a isenção de Imposto de Importação (II) e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas importações realizadas, determinada entidade com finalidade cultural adquiriu equipamentos no exterior, sem similares nacionais, com recursos oriundos de doação de uma sociedade de economia mista, para aparelhar sala de projeção da cinemateca de um museu.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**.

- A) A aquisição dos referidos equipamentos deve ser isenta de II e IPI.
- B) A aquisição dos referidos equipamentos deve ser isenta apenas de II.
- C) A aquisição dos referidos equipamentos deve ser isenta apenas de IPI.
- D) A aquisição dos referidos equipamentos não deve ser isenta de II nem de IPI.
- E) A aquisição dos referidos equipamentos deve ser tributada com percentual de redução de 22% da alíquota de IPI e 25% da alíquota de II.

**QUESTÃO 97**

Tício, arquiteto, residente em Roraima, consumidor final e não contribuinte do ICMS, adquiriu, no dia 20 de maio de 2017, por meio da internet de uma loja de São Paulo, computador para uso profissional, que foi entregue em sua residência vinte dias após a compra.

Considerando as informações acima, o entendimento do STF e o regramento constitucional sobre o ICMS, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O Estado de Roraima ficará com o valor integral obtido pela diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS da referida operação.



B) O STF julgou inconstitucional a equalização de repartição de receita tributária de ICMS, nas operações interestaduais, realizada por meio de protocolo do Conselho Nacional de Política Fazendária.

C) O Estado de São Paulo ficará com o valor integral obtido com a alíquota interestadual do ICMS da referida operação.

D) A loja em São Paulo que vendeu o produto para Tício é responsável pelo recolhimento do imposto do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual da referida operação.

E) O valor do ICMS, correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual da referida operação, será partilhado no montante de 40% para o Estado de São Paulo e 60% para o Estado de Roraima.

#### QUESTÃO 98

Acerca do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) à luz do entendimento do STJ, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A relação legal de serviços sujeitos à incidência do ISS é taxativa, mas comporta interpretação extensiva para abarcar os serviços correlatos àqueles nela previstos.

B) O ISS referente à prestação de serviço de análise e clínicas, cuja coleta do material biológico ocorre em município distinto daquele onde ocorre a efetiva análise, é devido ao município do local onde se dá a análise.

C) Incide ISS sobre o serviço de montagem de pneus, ainda que a sociedade empresária também forneça os pneus utilizados na montagem.

D) A base de cálculo do ISS, referente aos serviços prestados por empresas fornecedoras de mão de obra temporária, deve englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados.

E) Incide ISS sobre operações de arrendamento mercantil financeiro.

#### QUESTÃO 99

Assinale a alternativa **correta** quanto às características de preço público.

A) É um tributo e o produto da arrecadação é receita derivada.

B) É uma prestação pecuniária facultativa.

C) Pode ser cobrado em razão do poder de polícia.

D) Ocorre sem a autonomia da vontade.

E) Decorre de lei e pode ser de utilização potencial.

#### QUESTÃO 100

Assinale a alternativa **correta**.

À luz da teoria pentapartida, União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência tributária comum para instituir o seguinte tributo:

A) contribuição de melhoria;

B) empréstimo compulsório;

C) contribuição de intervenção no domínio econômico;

D) contribuição social residual;

E) contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública.